

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

**PRODUTO EDUCACIONAL:**

**Proposta de formação continuada de professores e a  
inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial no  
Ensino Médio**

**Maria da Penha Alves Ribeiro Corona  
Alexandro Braga Vieira**



## Autoria:

**Maria da Penha Alves Ribeiro Corona:** Licenciada em Normal Superior e Pedagogia. Especialista em Educação Especial Inclusiva; PROEJA e Educação Infantil e Séries Iniciais. Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora de Educação Infantil na Secretaria Municipal de Baixo Guandu/ES. Atualmente, atua como técnica pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Colatina/ES no setor de Educação Especial. Pesquisadora em Educação Especial na temática formação de professores.

## Orientação:

**Alexandro Braga Vieira:** Licenciado em Letras e Pedagogia. Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenador do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) no período de 2017 a 2020. Docente do Centro de Educação da Ufes. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Pesquisador em Educação Especial.



**Universidade Federal do Espírito Santo  
Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação**

**Prof. Dr. Paulo Sérgio de Paula Vargas  
Reitor da Ufes**

**Prof. Dr. Valdemar Lacerda Junior  
Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

**Prof. Dr. Reginaldo Célio Sobrinho  
Diretor do Centro de Educação**

**Profa. Dra. Andrea Antolini Grijó  
Vice-iretora**

**Prof. Dr. Soler Gonzalez  
Coordenação Geral**

**Profa. Dra. Junia Freguglia Machado Garcia  
Coordenação Adjunta**





## Apresentação:

O presente produto educacional se constituiu por meio de uma **Proposta de Curso de Capacitação** gerado a partir da análise de respostas a um questionário respondido por profissionais da Educação em atuação no Instituto Federal de Educação de Itapina/ES. A referida unidade de ensino oferta o Ensino Médio com cursos profissionalizantes, estando, dentre os alunos matriculados, educandos considerados público-alvo da Educação Especial: alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Para fortalecer os processos de inclusão escolar desses alunos, políticas de formação continuada de professores têm se colocado como imprescindíveis, principalmente, por termos uma escola que, em sua primazia, oferta do Ensino Médio, acoplado, a Educação Tecnológica e Cursos de Ensino Superior: licenciaturas e bacharelados.



Os processos de formação continuada dos professores, considerando a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial nos Cursos de Ensino Médio ofertados pelo referido Instituto, têm se colocado como uma política que pode ajudar os docentes a pensarem em como articular o currículo escolar às trajetórias/necessidades dos alunos, principalmente quando se analisa a formação inicial de muitos professores constituídas por Cursos de Licenciatura sem discussões sobre a Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar; outros são provenientes de Cursos em que a temática ocorreu em uma única disciplina no transcorrer da graduação e há aqueles docentes provenientes de Cursos de Bacharelado que não objetivam a formação de educadores.

O ingresso de estudantes público-alvo da Educação Especial nos Cursos de Ensino Médio ofertados pelo Instituto convoca para a existência de um espaço mais inclusivo, compreendendo a inclusão escolar além da matrícula. É preciso que a escola garanta os direitos de aprendizagem, oferecendo condições para que os estudantes se desenvolvam. Dentre os desafios que atravessam a inclusão dos alunos, surge a necessidade de investimentos na formação continuada dos professores.

A carência de uma abordagem *teórico-prática* da dimensão da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva na formação inicial e continuada tem levado os educadores a encontrarem dificuldades em compor práticas pedagógicas que envolvam os estudantes e potencializem os processos de ensino-aprendizagem de forma coletiva. Assim, buscamos elaborar uma proposta de Curso de Capacitação, levando em consideração o que os profissionais da Educação em atuação na escola consideram como relevantes.

Inspirados em Freire (1996) quando defende relações dialógicas como base dos processos de aprendizagem e de formação docente, buscamos escutar os educadores do Ifes-Itapina para analisar sua produção discursiva e compor (com a escola) a matriz de um curso de capacitação que pode ser realizado pela instituição, com as devidas adequações que o tempo requererá. O trabalho docente é repleto de interações humanas que demandam investimentos na formação dos professores. Reiteramos que sabemos da necessidade de um novo papel do professor frente à Educação como direito de todos.



Para o exercício da docência, Freire (1996) nos provoca a pensar na importância da formação política do professor e da reflexão crítica sobre a prática, porque:

*[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase seconfunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exercem em torno da superação da ingenuidade pela rigurosidade. Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica. Não é possível a assunção que o sujeito faz de si numa certa forma de estar sendo sem a disponibilidade para mudar. Para mudar e de cujo processo se faz necessariamente sujeito também (FREIRE, 1996, p. 16).*



Dessa forma, nos processos de formação docente há de se refletir que a “educação bancária” se concretiza como instrumento legitimador da ordem opressora empreendida pelo desejo por classes hegemônicas, impossibilitando o desenvolvimento do pensamento livre e autônomo dos sujeitos envolvidos no ato educativo. Além disso, dificulta a construção da consciência crítica – possibilidade fundamental para o ser humano se assumir como sujeito histórico e social e favorecedor do enfrentamento de atitudes opressoras.



## Formação continuada de professores : Diálogos com Freire, Nóvoa e Tardif

Para pensarmos a formação continuada dos profissionais da Educação na interface com os processos de escolarização dos estudantes público- alvo da Educação Especial, Freire (1987, 1996), Nóvoa (1992) e Tardif e Lessard (2005) trazem contundentes contribuições. Ajudam-nos a compreender alguns princípios balizadores da formação de professores frente às demandas da contemporaneidade.

Segundo Freire (1996), não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino, e, em assim sendo, é papel das agências de formação docente forjar profissionais capazes de pensar que à prática docente são necessários conhecimentos que ajudem o estudante conhecer a palavra e o mundo, ou seja, relacionar os conhecimentos aos modos de superação dos processos de opressão existentes na sociedade.

É preciso que esse profissional se debruce a conhecer o contexto em que seu aluno está inserido, a melhor maneira para aprender e ensinar e os recursos a serem utilizados fazendo uma sondagem diagnóstica para descobrir o que o estudante sabe ou não sabe, em suma, as especificidades que precisam ser garantidas para o direito de aprender. Portanto pesquisar o ensino e as metodologias, em função dos direitos à aprendizagem, é um desafio da Educação contemporânea a ser assumido pelos processos de formação de professores. Por isso, diz Freire(1996, p. 14):

*Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.*



Por isso vale pontuar que falar de processos de ensino-aprendizagem vai além do velho jargão: basta ao professor o domínio da prática, pois, como diz Freire (1996), o ato educativo é um processo dialógico constituído pela relação teoria e prática, interações entre educando - educador, processos de ação-reflexão-ação, ou seja, a práxis pedagógica. Todo esse movimento requer cuidados do professor – mediador da aprendizagem – exigindo o exercício ético de cumprir o seu papel na sociedade. Para o exercício desse papel, Freire (1996) nos provoca a pensar na importância da formação política do professor e na reflexão crítica sobre a prática porque:

*[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exercem em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica. Não é possível a assunção que o sujeito faz de si numa certa forma de estar sendo sem a disponibilidade para mudar. Para mudar e de cujo processo se faz necessariamente sujeito também (FREIRE, 1996, p. 16).*



Conforme aponta Freire (1996), é importante ao professor se afastar dos pressupostos da educação bancária que compara o aluno a uma conta aberta em uma agência financeira que apenas recebe depósitos de conhecimentos pelo educador. Aos processos de formação de professores, cabe disseminar a compreensão de que, ao mesmo tempo em que o professor ensina, ele também aprende e que, no contexto da sala de aula, as atividades vão além de meras repetições e requerem seriedade no planejamento levando em conta os aspectos científicos, físicos, emocionais e afetivos para que aconteça esse processo mútuo de ensinar e aprender.

Agregado a esse conceito, trazemos a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial, pois essa prática bancária contribui para que aconteçam atitudes de exclusão da/na escola, uma vez se tratar de uma educação conteudista que vai contra os princípios de uma educação libertadora. Na educação bancária, a relação que se estabelece entre professor e aluno é uma relação vertical, em que o professor – detentor de conhecimentos e de informações – se impõe ao aluno carente do saber do professor. O professor – sujeito ativo e detentor do conhecimento – tem a função de alavancar o aluno, sujeito passivo que está na condição de inferioridade, porque é carente do saber docente (FREIRE, 1987).

Assim, no contexto da formação docente, cabem reflexões sobre a importância de se promover o respeito aos saberes dos educandos, bem como às suas necessidades comuns e específicas de aprendizagem. Esse pensamento nos convoca a refletir sobre práticas educativas que requerem fazeres pedagógicos que considerem valorização da bagagem cultural desses sujeitos. No caso dos estudantes público-alvo da Educação Especial, agregam-se aos saberes a serem ensinados, os conhecimentos dos educandos, bem como as necessidades específicas de aprendizagem que devem ser consideradas para se trabalhar a apropriação dos conhecimentos que compõem os currículos escolares.

Nessa perspectiva, há de se valorizar o contexto vivido pelos educandos e utilizar as experiências que eles têm e trazem para a escola, por isso a relevância de conectar os conteúdos à vida social em que os alunos habitam. Diante disso, é importante o professor conhecer a realidade dos estudantes para que os conhecimentos consigam dialogar com as necessidades e os desejos desses sujeitos. Para tanto, cabe ao professor dominar os conhecimentos a ser mediados, mas não de maneira arrogante, não se portando como detentor de todo o saber.

Além disso, espera-se que os profissionais da Educação se aproximem de ações didáticas que façam os conhecimentos terem sentido para os alunos, procurando saber das vivências desses sujeitos, com o devido respeito, para promover a relação dessas experiências com os conhecimentos mediados, estando atento à necessária reflexão sobre a sociedade opressora em que vivemos.



Os processos de formação – por serem contínuos – devem colaborar para a prática reflexiva e propositiva sobre o cotidiano da escola, contribuindo, ainda, para tornar o profissional pesquisador e engajado. Os desafios que os professores enfrentam são reais, portanto demandam de vivência constantes de momentos de formação para que possam ministrar suas aulas ante o compromisso ético de contribuir para todo aluno aprender (NOVOA, 1999).

Diante desse desafio Nóvoa (1992) corrobora Freire (1987, 1996) ao defender os investimentos na formação de professores, sinalizando que eles devem se embasar em perspectivas crítico-reflexivas que proporcionem aos professores pensamentos autônomos, ou seja, capacidade de reflexão sobre os conhecimentos a serem mediados, sobre as didáticas necessárias e sobre os conhecimentos políticos da profissão-professor, afastando-se de princípios que colocam os educadores como transmissores de conhecimentos que mantêm sociedades capitalistas. Assim, investir na formação do docente na interface com os pressupostos da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva também significa investimentos na pessoa do aluno e não no destaque de sua deficiência/limitação, bem como no professor e em sua profissionalidade.



Segundo o autor, a formação não se dá pela quantidade de cursos que o professor participa ou dos muitos certificados que ele possui ou ainda de técnicas aprendidas no decorrer das formações, mas, sim, quando ele reflete sobre a própria prática e constrói sua identidade pessoal e profissional, por isso ser imprescindível os investimentos em estudo e a análise constante sobre os saberes científicos e os da experiência (NÓVOA, 1992).

Conforme aponta Nóvoa (1999), não se pode pensar em mudanças na Educação sem discutir a formação docente, sendo necessários processos de formação que situem o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores em diversos ciclos da sua vida. Sendo assim, é preciso uma nova concepção de formação que valoriza “[...] a experiência como aluno, como aluno-mestre, como estagiário, como docente iniciante, como professor titular e, até, como professor reformado” (NÓVOA, 1999, p.18). Nesse sentido, torna-se imprescindível momentos de formação continuada que articulem melhores condições de trabalho e de valorização docente.

Para o autor, o trabalho e a formação docente devem considerar diferentes aspectos da história da carreira do professor: individual, profissional, social e cultural, pois com os avanços no direito à profissionalidade docente, as pesquisas passaram a reconhecer e a considerar os saberes construídos pelos professores, o que anteriormente não era considerado. Nóvoa(1999) mais uma vez ao dialogar com o pensamento de Freire (1971, 1996) diz que a formação é um direito do professor.

Nas palavras do autor, trata-se de um movimento ético, político e pedagógico que ajuda ao docente compreender quem ele é, mas também o que pode ser (NÓVOA, 1999), pois, como diz Freire (1996), somos inacabados. Por isso, a teoria freirianadiz que a formação não se dá por mera acumulação de conhecimentos, mas uma conquista constituída por meio de redes dialógicas com os mestres, os livros, as aulas, as teorias, a reflexão sobre a prática docente, dentre muitos outros movimentos. É um investimento do poder público, mas também um trabalho pessoal que cada profissional faz em si (NÓVOA, 1999).



Tardif e Lessard (2005), ao adentrarem no debate, dizem que o professor também precisa dominar os conhecimentos relativos às Ciências da Educação e da Pedagogia e desenvolver um saber didático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos. Esse conjunto de conhecimentos permite “[...] mostrar o que os docentes *fazem* com os diversos objetivos e as consequências de suas opções e decisões sobre sua própria atividade cotidiana” (TARDIF; LESSARD, 2005, p.13-14, grifos dos autores).

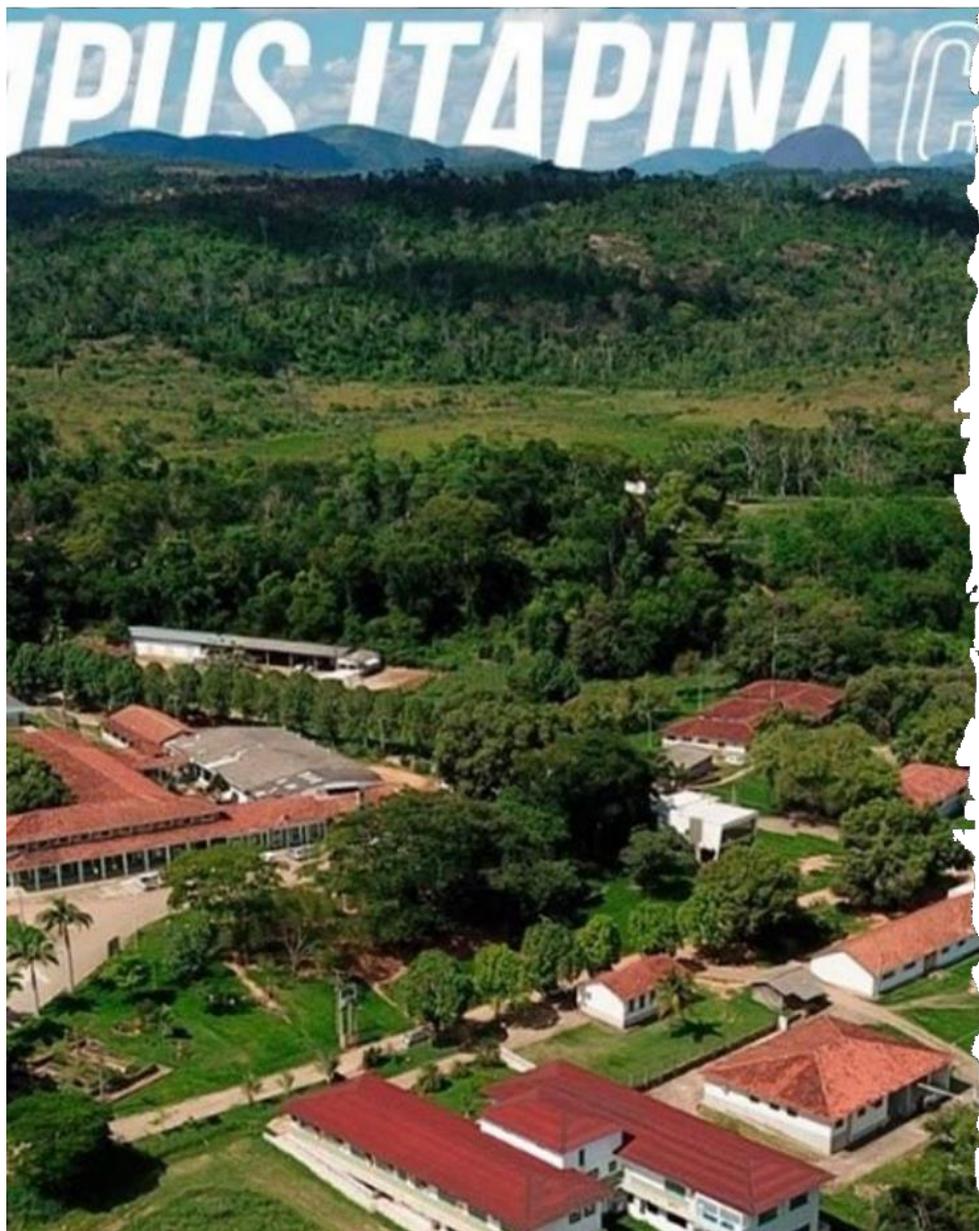
Assim, podem evidenciar “[...] as condições, as tensões e os dilemas que fazem parte do trabalho feito sobre e com outrem” (TARDIF; LESSARD, 2005, p.14), ao mesmo tempo em que se colocam numa condição de aprendizes. Diante disso se torna pertinente comentar, estudar, analisar a formação docente, reconhecendo que a tarefa não é fácil, mas uma temática complexa e abrangente, uma vez que o professor é o protagonista dentro do contexto da sala de aula. Os autores destacam ainda a importância de pesquisas com o propósito de compreender o que pensam os professores sobre os seus saberes. O saber docente é um “saber plural, formado de diversos saberes provenientes dos espaços-tempos em que transitam os educadores (TARDIF; LESSARD, 2005).

Portanto, o saber profissional é uma combinação de diferentes saberes que procedem de fontes diversas, por sua vez construídas, relacionadas e mobilizadas pelos professores de acordo com as exigências de sua atividade profissional. Todos esses aspectos demonstram que há muitos movimentos a serem considerados no caminho a ser percorrido pela pesquisa relacionada à formação docente.



## CONHECENDO UM POUCO DO IFES – CAMPUS ITAPINA

Instituto Federal de Educação Campus Itapina



A proposta de Curso em Educação Especial trazida neste produto educacional se realiza no Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina. O referido instituto se encontra localizado em um distrito da cidade de Colatina/ES, responsabilizando-se pelo:

- A) **Ensino Médio Integrado** aos cursos de Técnico em Agropecuária e Zootecnia;
- B) **Subsequente**, isto é, para estudantes com Ensino Médio que realizam a parte técnica na instituição;
- C) **Concomitante**, neste caso, quando o estudante realiza o Ensino Médio em outra unidade de ensino e a parte profissional no Instituto. Além disso, dispõem dos Cursos de graduação em Pedagogia (licenciatura), Agronomia e Ciências Agrárias (bacharelados).

Encontra-se localizado na cidade de Colatina/ES, uma das principais cidades do interior do Estado, com 123.598 habitantes, situação que a eleva ao 8º município mais populoso do estado, possuindo área urbana e rural. Colatina é conhecida como a “Princesa do Norte”.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional, científica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Conforme nos apresenta a Lei 11.892/2008, após vários debates no Ministério da Educação, foram apresentadas outras alternativas para a oferta da educação de nível Médio Profissional e Superior, a partir da criação dos Institutos de Educação Profissional e Tecnológica. Para tanto, novas estruturas foram construídas, bem como outras já existentes passaram por reformulações, como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), as escolas técnicas e agrotécnicas federais e as escolas vinculadas às universidades federais. Esses institutos fortaleceram o avanço econômico e social brasileiro por meio da ampliação das possibilidades de formação.

No Espírito Santo, o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefetes) e as Escolas Agrotécnicas de Alegre (EAFA), Colatina (EAFC) e Santa Teresa (EAFST) se integraram em uma estrutura única: o Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes. Dessa forma, as Unidades de Ensino do Cefetes (Vitória, Colatina, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Cariacica, Aracruz, Linhares e Nova Venécia) e as Escolas Agrotécnicas (Alegre, Santa Teresa e Colatina) passaram a ser os campi do Instituto (PDI – 2019-2024).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2024), desde a criação do Ifes, em 29 de dezembro de 2008, foram implementados mais oito campi: Vila Velha (2010), Guarapari (2010), Ibatiba (2010), Venda Nova do Imigrante (2010), Piúma, (2011), Montanha (2014), Barra de São Francisco (2014), Centro-Serrano (2015), além de um campus avançado (Viana 2014), um Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (2014), um Polo de Inovação Vitória (2015) e uma Fábrica de Ideias (2016), ficando a reitoria, na capital do Estado do Espírito Santo, conforme pela Lei 11.892/2008.



O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2019 a 2024 apresenta a história de criação de todos os Institutos, isso, em 29 de dezembro do ano de 2008. O documento discorre que o presidente da República, à época, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei n.º 11.892 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país, na época.

O Instituto Federal de Educação de Itapina é um desses institutos e se encontra localizado em uma comunidade de Colatina/ES com esse mesmo nome da escola. É nessa unidade de ensino que realizamos a pesquisa. Ele se encontra localizado na Rodovia BR-259, Km 70, zona rural de Colatina/ES.

O Ifes – Campus Itapina – dispõe de 560 alunos matriculados nos Cursos de Ensino Médio, estando, dentre eles, 11 considerados público-alvo da Educação Especial. O Instituto conta com professores com diferentes trajetórias formativas – alguns licenciados e outros bacharéis – implicando no acesso aos currículos escolares pelos estudantes, fazendo-nos perceber que os investimentos na formação continuada a partir das demandas da escola se evidenciam como alternativas à profissionalidade docente e à escola comum como espaço-tempo de todos.



## A PESQUISA:

Para entender as demandas existentes no que se refere à Formação docente no *lócus* da pesquisa, elaboramos um questionário com questões abertas para que os profissionais da unidade de ensino pudessem responder. Em atendimento aos protocolos da Organização Mundial de Saúde (OMS) que orienta sobre a importância do isolamento social para enfrentamento da Pandemia da Covid-19, os formulários foram encaminhados por e-mail aos profissionais do Ifes-Itapina.

Tivemos o cuidado de redigir um e-mail explicando a pesquisa e a importância das respostas dos questionários para a constituição dos dados. Foram encaminhados 60 questionários e devolvidos à pesquisadora 12 instrumentos respondidos. Esses instrumentos foram encaminhados no transcorrer do mês de setembro de 2020 e devolvidos até o mês dezembro do mesmo ano.

Assim, realizaram essa ação: a direção de ensino, os coordenadores de ensino, os coordenadores de curso, os pedagogos, os professores do ensino Médio Integrado, a equipe e comissão do NAPNE.

O questionário se estruturou em duas partes: a) dados sobre os respondentes; b) perguntas abertas sobre questões da Educação Especial na unidade de ensino e as demandas de formação docente. Buscamos respostas para os seguintes eixos: a) trajetória da formação inicial dos respondentes; b) impactos dos debates (ou não) da Educação Especial na formação inicial e no trabalho pedagógico; c) desafios da prática pedagógica na inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial no Ensino Médio; d) as políticas de formação continuada existentes no Ifes-Itapina; e) implicações dessas políticas no trabalho pedagógico com os alunos público-alvo da Educação Especial; f) temas relevantes à formação continuada no contexto da Educação Especial; g) contribuições desses temas nos saberes-fazeres docentes e nas práticas pedagógicas inclusivas; h) ações/redes de apoio existentes na escola para apoio aos alunos; i) implicações dessa rede de apoio nos processos de inclusão escolar.

Tabela 1: Número de profissionais da unidade de ensino que responderam ao questionário

| Nº | CATEGORIA                                 | QUANTIDADE |
|----|---|------------|
| 1  | Direção da unidade de ensino              | 0          |
| 2  | Coordenadores de ensino                   | 0          |
| 3  | Coordenadores de curso                    | 1          |
| 4  | Pedagogos                                 | 1          |
| 5  | Professores Ensino Médio Integrado        | 9          |
| 6  | Equipe do NAPNE (monitores e estagiários) | 1          |
| 7  | Comissão do NAPNE( servidores)            | 0          |



## PROPOSTA/CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES:

### A INCLUSÃO DE ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO MÉDIO DO IFES/ITAPINA

**Público:** Diretor, pedagogos, professores, membros da equipe do Napne Coordenadores de curso do Ifes Campus Itapina

**Área de Concentração:** Educação

**Carga Horária Total:** 54 horas

## **Apresentação da Proposta de Curso:**

A proposta de curso de formação computará carga horária total de 54 horas. Um encontro de quatro horas para apresentação do Curso. Quatro momentos para a realização dos módulos, com duração de quatro horas presenciais cada, perfazendo 16 horas. Além disso, 24 horas de atividades não-presenciais (seis horas em cada módulo). Um seminário de 10 horas (quatro presenciais e seis a distância). O curso foi pensado a partir da análise de respostas trazidas em um questionário respondido por professores, coordenadores de cursos, membros do Napne e diretor do Ifes Campus Itapina, localizado no município de Colatina/ES.

A matriz curricular do curso se constitui por meio de encontros (presenciais ou virtuais) para discussões teóricas e a realização de atividades pedagógicas pelos profissionais envolvidos nas salas de aula que contam com alunos público-alvo da Educação Especial e atividades não presenciais. Nos momentos presenciais, serão realizados debates a partir de vídeos, textos, a legislação vigente e relatos de experiências, tendo em vista ser importante ouvir as vozes docentes para que os encontros sejam enriquecedores, todos os envolvidos participem e sejam motivados a refletir sobre a Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar. As atividades não presenciais necessitarão que os participantes façam a leitura do material indicado, assistam aos vídeos e realizem as atividades.

O Curso será organizado por meio de um primeiro encontro com o objetivo de apresentar a proposta aos participantes. Nesse encontro, objetiva-se: a) conhecer os participantes; b) apresentar a proposta do Curso; c) apresentar os módulos que o compõem; d) discutir os requisitos necessários para certificação. Temos uma proposta de curso/formação pensada com os profissionais da Educação e não para/sobre eles. As demandas apontadas pelos docentes deram sustentação à constituição dos módulos.



Os quatro encontros presenciais seguintes objetivam o aprofundamento teórico-prático das temáticas trazidas por cada módulo.

**a) Módulo 1:** Pressupostos/princípios da Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar e a legislação educacional vigente

**b) Módulo 2:** Os currículos, as práticas Pedagógicas e o ensino colaborativo

**c) Módulo 3:** O atendimento educacional especializado

**d) Módulo 4:** A avaliação numa perspectiva inclusiva



Como atividade comum de cada módulo, o cursista selecionará o caso de um estudante público-alvo da Educação Especial ou um grupo de alunos ou até mesmo uma turma.

Constituirá um Estudo de Caso. Esse caso perpassará a condução de cada módulo. Ao caso estudado, o cursista acrescerá a temática de cada módulo estudado.

Cabe ao cursista selecionar o Estudo do Caso a ser estudado e compor um relatório, constituindo, no processo, a intrínseca relação teoria e prática.



O fechamento se dará em forma de seminário. Nele, os participantes apresentarão o Estudo de Caso. Esse trabalho final será organizado por meio de pôster levando em consideração o Caso estudado e os conhecimentos organizados no transcorrer do Curso de Capacitação.

A carga horária não presencial será cumprida por meio da realização das seguintes atividades: leitura de textos; vídeos, resumos e a execução das atividades previstas em cada módulo.

Para recebimento da certificação do Curso, o participante deverá ter frequência igual ou superior a 75% nos encontros presenciais, cumprir as atividades previstas e participar do Seminário de Fechamento.

# MÓDULO 1:

Pressupostos/princípios da Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar e a legislação educacional vigente

**Carga Horária Presencial:** 04 horas

**Carga Horária a Distância:** 06 horas

**Total:** 10 horas

Prezado Cursista,

Nesse primeiro módulo, faremos reflexões sobre pressupostos e princípios que embasam a Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar. A Educação Especial nem sempre teve uma roupagem inclusiva. Por longas décadas, foi substitutiva à escola comum. Os estudantes com algum tipo de comprometimento eram encaminhados para Associações como APAE e Sociedade Pestalozzi.

A partir de vários movimentos internacionais e nacionais, fortaleceram-se as defesas por escolas inclusivas, ou seja, que acolhem todos os alunos em suas diferenças. Em âmbito internacional, tivemos a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assumiu a Educação como direito público e subjetivo, situação referendada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Com isso, a Educação Especial passou a ser reconhecida como modalidade de ensino que significa transversal às etapas/níveis de ensino, prestando apoios para a inclusão dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns.



Assim, como princípio/pressuposto, a modalidade de ensino reconhece a escola comum como *lócus* de matrícula, permanência e aprendizagem para esses alunos; os estudantes como sujeitos de conhecimento e de direitos; a educabilidade como essência da constituição humana; os professores como profissionais capazes de forjar lógicas de ensino para que todos os alunos possam aprender. Para tanto, defende a constituição de políticas públicas educacionais para o enfrentamento de várias barreiras (atitudinais, arquitetônicas, curriculares, dentre outras) buscando criar condições para os professores ensinarem e os alunos aprenderem.

Dentre essas políticas, a formação de professores se coloca como essencial, pois fortalece os saberes-fazer docentes, a escola como espaço-tempo de acolhimento à diversidade/diferença humana e a Educação como um direito que não pode ser negado/negligenciado.

Considerando que o aprofundamento na legislação se coloca como uma temática apontada pelos participantes da pesquisa, o Módulo I se organiza a partir da temática ***Pressupostos/princípios da Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar e a legislação educacional vigente***, compondo um conjunto de reflexões teórico-práticas que nos ajudam a compreender a processualidade do direito à Educação para os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns.

## **Ementa:**

Pressupostos/princípios teóricos da Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar. Documentos internacionais. Legislação

Educacional Brasileira e a Educação Especial. Políticas de Educação Especial.

## **Objetivos:**

- Compreender pressupostos e princípios que fundamentam a Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar.
- Dialogar com a legislação educacional vigente visando à assunção do direito à Educação para alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns e as ações político-pedagógicas necessárias para o usufruto desse direito.
- Relacionar os pressupostos/princípios da Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar e a legislação vigente aos processos de escolarização de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados no Ifes – Campus Itapina.

## **Metodologia:**

Para esse primeiro módulo, teremos um encontro (presencial ou virtual) de quatro horas para discussão coletiva da temática central trazida para essa primeira parte do curso, ou seja, ***Pressupostos/princípios da Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar e a legislação educacional vigente***. Espera-se que as reflexões se realizem de forma dialogada, com a utilização das estratégias didáticas como discussão de textos de referência/vídeos e problematização de situações vivenciadas na escola.

## Para a realização do módulo, faremos a leitura dos seguintes textos:

- CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; FONSECA, Kátia de Abreu. A escola inclusiva: seus pressupostos e movimentos. **Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v.19, n.1, p. 107-127, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10824/7010>
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dez. 1996. Seção 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)
- BRASIL, Ministério da Educação. **Política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>
- BRASIL. **Resolução n. 4**, de 2 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)
- BRASIL. **Decreto nº. 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)
- BRASIL. **Lei nº. 13.146**. Institui a lei brasileira da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1E, 6 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

### Vídeos:

**Visão Histórica da Deficiência:** <https://www.youtube.com/watch?v=dGaaVtYekIU>

**História da Educação Inclusiva:** <https://www.youtube.com/watch?v=a5plg9uHVEU>

**Atividades não presenciais:**

Serão realizadas as seguintes atividades nas horas destinadas ao estudo não-presencial: a) leitura do material indicado; b) reflexão-síntese dos vídeos. Serão organizados seis grupos. Cada grupo se encarregará da sistematização de um slide-síntese para ser discutido no momento presencial.

**Para o encontro (presencial ou virtual):**

O mediador organizará os seis grupos para apresentação do material indicado para leitura. Cada grupo terá 30 minutos para apresentação de uma síntese do texto indicado ou da legislação educacional brasileira que ficou sob sua responsabilidade. Ao final, se organizará uma plenária para discussão coletiva das principais questões trazidas pelo material estudado e vídeos assistidos.

**Avaliação:**

A avaliação será formativa, sendo considerada a participação nas discussões, a realização do trabalho em grupo e a elaboração do estudo de caso indicado. Haverá a elaboração de um estudo de caso a partir da reflexão crítica de um (a) aluno (a) matriculado no Ifes-Itapina com encaminhamentos para apoio da Educação Especial considerando o processo educacional desse sujeito à luz da legislação educacional vigente.

## **MÓDULO 2:**

Os currículos, as práticas Pedagógicas e o ensino colaborativo

**Carga Horária Presencial:** 04 horas

**Carga Horária a Distância:** 06 horas

**Total:** 10 horas

**Prezado Cursista,**

Nesse segundo módulo, faremos um diálogo acerca dos currículos, das práticas pedagógicas e do ensino colaborativo, numa perspectiva das práticas educativas, considerando os processos de escolarização dos alunos público-alvo da educação especial.

Este segundo módulo será organizado por reflexões teóricas e debates que tecem diálogos sobre três temáticas de grande importância em escolas inclusivas. Os debates sobre currículos nos ajudam a pensar nos conhecimentos a serem mediados com os alunos. As práticas pedagógicas se constituem por meio de ações didáticas e recursos para fazer os conhecimentos acessíveis. O ensino colaborativo visa articular o trabalho dos profissionais da escola para que as necessidades comuns e específicas de aprendizagens dos estudantes sejam atendidas.

Nossa intenção é fortalecer as redes de colaboração entre professores do ensino comum e os de Educação Especial, de modo tal que todos se vejam colaboradores e articuladores de práticas de ensino que promovam acessibilidade curricular para os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação nas várias atividades pedagógicas realizadas pela escola comum.

## **Ementa:**

- Currículo. Práticas Pedagógicas. Ensino Colaborativo. Articulação entre professores que atuam na sala de aula regular e no Atendimento Educacional Especializado.

## **Objetivos:**

- Refletir sobre a importância de os currículos estarem acessíveis aos estudantes.
- Analisar as potencialidades proporcionadas pelas práticas pedagógicas inclusivas;
- Debater a mediação do conhecimento, a atuação do professor e os processos de ensino-aprendizagem na escolarização de alunos público-alvo da educação especial;
- Refletir sobre o ensino colaborativo e a inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial;
- Contribuir com práticas pedagógicas inclusivas e possibilidades de ensino-aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial por meio do Ensino Colaborativo.

## **Metodologia:**

Para realização do módulo 2, teremos um encontro (presencial ou virtual) de quatro horas para debater as temáticas “Currículo, Práticas Pedagógicas e o Ensino Colaborativo. Para tal realização, é necessário que se leiam, previamente, os materiais indicados, assista ao vídeo e faça as anotações necessárias. Almejamos que as discussões sejam reflexivas e que as alternativas e estratégias didáticas sejam vivenciadas nos contextos escolares.

## Neste módulo, estudaremos os seguintes textos:

- VIEIRA, Alexandro Braga. Educação Especial e currículo: disparando possibilidades a partir da reflexão crítica do cotidiano escolar. *In*: Rogério Drago. Edson Pantaleão. (Org.). **Educação Especial no Cenário Educacional Brasileiro**. 001ed.São Carlos SP: Pedro & João, 2013, v. 1, p. 171-184.



- VIEIRA, Alexandro Braga. Construindo práticas pedagógicas no contexto da diversidade humana: quando a sala de aula se transforma em espaço de aprendizagem de todos. *In*: Denise Meyrelles de Jesus. Maria das Graças Carvalho Silva de Sá. (Org.). **Políticas, Práticas Pedagógicas e Formação: dispositivos para a escolarização de alunos (as) com deficiência**. 01ed.Vitória: EDUFES, 2010, v. 280, p. 111-133.
- VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Eniceia Goncalves. Ensino colaborativo para o apoio a inclusão escolar: praticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (online)**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a08v95n239.pdf>>.

### Indicação de Vídeos:

Live GRUFOPEES – Currículo e BNCC – implicações para as práticas pedagógicas: <https://www.youtube.com/watch?v=qyoCYt-hThs>

Live GRUFOPEES - Planejamento Colaborativo e Ensino em Multiníveis: <https://www.youtube.com/watch?v=Bp5EH4-owXo>

Live GRUFOPEES Currículo e Práticas Pedagógicas Inclusivas: <https://www.youtube.com/watch?v=-XbjSaCu5Us>



### **Atividades não presenciais:**

Para o cumprimento da carga horária não presencial serão realizadas as seguintes atividades: a) apreciação do vídeo indicado; b) leitura e discussão dos artigos de referência para o estudo; c) incorporação das temáticas exploradas no estudo de caso realizado no primeiro módulo do Curso, articulando teoria e prática e refletindo sobre as contribuições das reflexões sobre Currículo, trabalho colaborativo e a constituição de práticas comprometidas com a acessibilidade curricular.

### **Para o encontro (presencial ou virtual):**

O mediador organizará uma roda de conversa para discussão dos textos e vídeo indicados. A roda de conversa concentrará reflexões teórico-práticas acerca da articulação entre Currículo, Práticas Pedagógicas e o Trabalho Colaborativo. No transcorrer do encontro, serão lançadas perguntas e os cursistas terão oportunidade de responder, tirar dúvidas, avaliar o encontro e fazer o encerramento.

### **Avaliação:**

A avaliação será formativa, sendo considerada a participação nas discussões, a realização dos trabalhos indicados e a constituição do estudo de caso indicado.

## **MÓDULO 3:**

O atendimento educacional especializado

**Carga Horária Presencial:** 04 horas

**Carga Horária a Distância:** 06 horas

**Total:** 10 horas

**Prezado Cursista,**

Neste terceiro módulo estudaremos o Atendimento Educacional Especializado numa perspectiva Inclusiva. Por muito tempo, esses serviços foram substitutivos à escola. Na atualidade, a legislação vigente acena que eles devem ser complementares/suplementares à escolarização dos alunos. O Ministério da Educação constituiu salas de recursos multifuncionais para a oferta desses serviços no contraturno da escolarização.

A pesquisa em Educação Especial tem ampliado a compreensão sobre esses serviços, não reduzindo o atendimento educacional especializado somente às salas de recursos multifuncionais, mas defendendo que eles estejam presentes em todas as atividades pedagógicas realizadas pela escola.

Nesse contexto, buscaremos dialogar com autores que nos ajudam a compreender os pressupostos que embasam a oferta dos serviços especializados e as contribuições trazidas para a inclusão dos alunos na classe comum.

## **Ementa:**

A historicidade da oferta do Atendimento Educacional Especializado. O atendimento educacional especializado na legislação vigente. O atendimento educacional especializado como ação pedagógica em Educação Especial.

## **Objetivos:**

- Compreender a oferta do atendimento educacional especializado no transcorrer da história da Educação.
- Refletir sobre os pressupostos normativos que embasam a oferta do atendimento educacional especializado.
- Analisar as possibilidades trazidas pelo atendimento educacional especializado a partir da concepção como ação pedagógica, ou seja, articulada a todas as atividades pedagógicas planejadas e desenvolvidas pela escola comum.
- Analisar as contribuições do atendimento educacional especializado no desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão e a aprendizagem de alunos no contexto da sala de aula regular.

## **Metodologia:**

Esse encontro formativo acontecerá de forma presencial ou virtual e serão utilizadas estratégias didáticas como: debate sobre vídeo indicado, reflexões a partir de leitura de artigos, continuidade do estudo de caso atrelando reflexões sobre o atendimento educacional especializado.

## Neste módulo estudaremos os seguintes textos:

- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos. O “especial” na educação, o atendimento especializado e a educação especial. *In*: Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial. Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado, 6., 2011, Nova Almeida. **Anais [...]**. Nova Almeida: Snpee, 2011. v. 1, p. 1-17, 1 CD-ROM.
- BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: para além do AEE *In*: JESUS, Denise Meirelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno (Org.). **Prática pedagógica na educação especial**: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara, São Paulo: Junqueira Marin, 2013.

### Indicação de Vídeo:

Live Seminário VI Seminário Nacional de Educação Especial e XVII de Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: <https://www.youtube.com/watch?v=AChW-JVbVsM>





### **Atividades não presenciais:**

Para esse encontro serão realizadas as seguintes atividades: a) assistir à live indicada; b) leituras e sínteses dos textos indicados; c) continuidade do estudo de caso, trazendo, agora, reflexões sobre o atendimento educacional especializado.

### **Para o encontro (presencial ou virtual):**

Será constituída uma roda de conversa para reflexões dos principais pontos destacados pelos participantes acerca da *live*. O mediador fará uma síntese (em forma de *slides*) dos dois textos indicados para discussão coletiva com os participantes do curso.

### **Avaliação:**

A avaliação acontecerá de maneira formativa e de caráter qualitativo, sendo analisada a participação dos cursistas nos temas abordados.

## **MÓDULO 4:**

A avaliação numa perspectiva inclusiva

**Carga Horária Presencial:** 04 horas

**Carga Horária a Distância:** 06 horas

**Total:** 10 horas

**Prezado Cursista,**

Para este encontro formativo, faremos um diálogo sobre a avaliação como possibilidades de ensino-aprendizagem. Este curso tem por finalidade analisar os diferentes conceitos de avaliação e seus pressupostos, com os diferentes olhares acerca da avaliação como um permanente instrumento de trabalho para mudanças significativas no fazer pedagógico pautado numa perspectiva transformadora.

Dessa maneira, avaliar não consiste somente em aplicar provas e dar notas. Avaliar vai muito além. A avaliação da aprendizagem centrada na aprendizagem deve ocorrer de forma contínua e progressiva, buscando compreender as potencialidades e fragilidades dos estudantes.

## **Ementa:**

A Avaliação como eixo norteador do ensino aprendido. As metodologias e estratégias utilizadas no cotidiano escolar e estudo da avaliação da aprendizagem enquanto objeto de reflexão do campo da avaliação educacional e a constituição de seu campo conceitual e os diferentes atributos e modos de conceber e praticar a avaliação das aprendizagens dos estudantes público-alvo da educação especial.

## **Objetivos:**

- Refletir os processos de avaliação na escola comum;
- Discutir as implicações da avaliação no contexto da inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial.
- Problematizar a avaliação da aprendizagem como um meio de repensar a aprendizagem e não como um ato punitivo;
- Atrelar a avaliação com os princípios que norteiam a instituição para a garantia de apropriação do conhecimento.

## **Metodologia:**

Nesse módulo, abordaremos o tema Avaliação a partir da reflexão dos textos indicados e realizaremos o debate à luz dos textos sobre avaliação da aprendizagem e do vídeo proposto. Além disso, continuaremos alimentando o estudo de caso envolvendo o tema avaliação da aprendizagem.

## Neste módulo, estudaremos os seguintes textos:

- JESUS, Denise Meyrelles de; AGUIAR, Ana Marta Bianchi de. O calcanhar de Aquiles: do mito grego ao desafio cotidiano da avaliação inicial nas salas de recursos multifuncionais. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 44, p. 399-416, set./dez. 2012 .
- VIEIRA, A. B.. Avaliação e Atendimento Educacional Especializado: Por que Identificar? Para que Avaliar?. *In*: Denise Meyrelles de Jesus. Agda Felipe Silva Gonçalves. (Org.). Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial. 1ed.São Carlos SP: Marquezine & Manzini : ABPEE, 2015, v. 1, p. 115-126.

**Vídeo:** VII Encontro Despatologiza - despatologizar diferenças, enfrentar desigualdades:

<https://www.youtube.com/watch?v=APgzEcAcEHQ>



**Atividades não presenciais:**

Serão realizados: leitura de textos, reflexão sobre o vídeo e fichamento do conteúdo disponibilizado para o estudo do módulo.

**Para o encontro (presencial ou virtual):**

O mediador fará a exposição da temática por meio de slides-síntese dos textos indicados, compondo momentos de reflexão com os participantes da formação. Incentivará o grupo a relacionar a temática aos processos de avaliação de identificação dos estudantes para encaminhamento ao AEE, bem como da avaliação da aprendizagem, tensionando os desafios que atravessam a dinâmica.

**Avaliação:**

A avaliação acontecerá de maneira formativa e de caráter qualitativo sendo analisada a participação dos cursistas nos temas abordados. Os participantes farão a incorporação da temática “Avaliação” ao Estudo de Caso eleito.

# Seminário de Encerramento:

Carga Horária Presencial: 04 horas

Carga Horária a Distância: 06 horas

Total: 10 horas

Prezado cursista,

Para o encerramento do curso, trabalharemos com um Seminário para apresentação do estudo de caso constituído pelos cursistas no transcorrer da formação.

O caso será apresentado por meio de um *banner* trazendo: a) título; b) autor (a); c) o caso estudado;

d) justificativa; e) atividades realizadas em interação com os módulos do curso; f) considerações finais; g) referências.



## Considerações

Entendemos que a formação continuada de professores é uma potente ferramenta para a constituição de escolas inclusivas. A ela, devem ser atrelados outros elementos como planos de carreira, salários e valorização docente. A formação de professores coaduna com a mudança educacional e acima de tudo com a melhoria da qualidade de ensino, pois os investimentos na formação e nos saberes docentes simbolizam investimentos na percepção das escolas como espaços de todos.

Esperamos, com a realização do curso, contribuir com o aprofundamento dos saberes-fazeres docentes e, conseqüentemente, com alternativas pedagógicas para que os alunos público-alvo da Educação Especial venham ter o direito à aprendizagem fortalecidos na referida instituição. E, assim, incentivar os professores a se engajarem e serem comprometidos com a escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial, sendo capazes de participar e contribuir com o processo de escolarização desses sujeitos a fim de que os alunos público-alvo da Educação Especial tenham garantido o acesso, permanência e aprendizado na instituição de ensino comum.





## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de dez. 1996. Seção 1.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**, Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional** – PDI: 2019-2024 / Instituto Federal de Educação do Espírito Santo – Vitória, ES, 2019.

NÓVOA, Antonio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1992.

NÓVOA, Antonio. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.25, n.1, p.11- 20, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação**: necessidades educacionais especiais. Salamanca, Espanha, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Tailândia, 1990.

TARDIF, M; LESSARD C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.